



GESTÃO DO SANEAMENTO BÁSICO: DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM UM MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – BAHIA

**Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi¹
Vera Lucia Peixoto Santos Mendes²**

Resumo

A democracia é um ideal reconhecido universalmente e requer participação ativa e refletida dos cidadãos. As diretrizes nacionais para o saneamento básico instituem o planejamento e o controle social. Este estudo analisa a forma como vem se dando a participação de líderes institucionais, de um município baiano, nos serviços de saneamento. Para tal, discute a percepção dos líderes quanto aos problemas da comunidade, os mecanismos de participação e controle social, a comunicação e a relação com os liderados e o poder público local. Configura-se como estudo de caso, descritivo e exploratório, de abordagem quantiquantitativa. Os resultados apontam para a ocorrência de representação precária dos anseios populares do processo decisório, tampouco existe efetivo controle social, por intermédio dos Conselhos Municipais, sendo estes desconhecidos pela maioria das lideranças e não citado como lócus privilegiado para as reivindicações de melhoria dos serviços públicos de saneamento.

Recebimento: 15/10/2015 • Aceite: 21/11/2017

¹ Doutora em Geologia (UFBA). Professora da Universidade Católica do Salvador (UCSal), Salvador – BA, Brasil. E-mail: cristina.marchi@ucsal.br

² Doutora em Administração (UFBA). Professora da Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, Brasil. E-mail: verapeixoto09@gmail.com

Palavras-chave: Gestão Pública; Democracia Representativa; Saneamento Básico; Políticas Públicas; Sociedade Civil Organizada

SANITATION MANAGEMENT: REPRESENTATIVE DEMOCRACY AND SOCIAL PARTICIPATION IN A METROPOLITAN REGION OF SALVADOR – BAHIA

Abstract

Democracy is a universally recognized ideal which requires participation and engaged citizens. The National Sanitation Policy establishes a social control mechanism. This study aims to analyze how institutional leaders within Bahia's municipality have improved participation in relation to the topic of sanitation services. It discusses the perception of leaders and community problems, the mechanisms of participation and social control, communication and relationship with the leadership of the local government. This research study is set up as a case study using a descriptive and exploratory approach of both quantitative and qualitative methodology. Data were collected from the books, scientific papers and white papers, as well as application forms, systematic observation and relevant meetings. This sample shows that the representative democracy is unstable and does not respect the democratic mechanisms of making decisions. Neither is there an effective social control through the Municipal Councils, which are unknown by most leaders and was not cited as a privileged space for complaints around the deficiencies of sanitation services.

Keywords: Public Management; Representative Democracy; Sanitation; Public Policy; Civil Society Organizations

Introdução

Embora existam diferenças nos significados das práticas democráticas que podem ser convertidas desde palavras de ordem até a participação efetiva da sociedade no planejamento de uma política pública, para este trabalho é de doutrina, ou regime político, baseada nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder.

No Brasil, é arriscado demarcar modelos rígidos para o modo de funcionamento e de operação da história democrática, que não se esgota em eleições para a escolha dos governantes. Além do que, quando são analisados alguns indicadores de participação da população na elaboração, na concretização e na avaliação das políticas públicas do País, observa-se que, apesar de ter adquirido um novo *status* na agenda sociopolítica, em decorrência das reformas estruturais da década de 90 e das experiências locais, os avanços ainda são incipientes.

Na busca de provocar discussão sobre esse tema na América Latina, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2004) – publicou um relatório contendo os resultados de pesquisa junto aos povos latino-americanos, objetivando que estes compreendessem melhor suas democracias e suas necessidades de aprimoramento. Este Relatório confirma a interpretação aristotélica de que democracia baseia-se na igualdade. Em condições de extrema pobreza e desigualdade, é difícil aplicar este pressuposto-chave da democracia: indivíduos para atuarem e se relacionarem na esfera pública necessitam da condição de iguais.

Essa doutrina, analisada sob a perspectiva da igualdade e das liberdades fundamentais, também se encontra presente nas propostas de captação de recursos da maioria dos 143 países que enviaram projetos para o Fundo das Nações Unidas para a Democracia – Fundef. Em 2015, na primeira fase de seleção, houve projetos oriundos da sociedade civil organizada da África, da Ásia, da Europa e das Américas. As análises são feitas por consultores independentes, que priorizam propostas de apoio à democracia, cujas iniciativas fortaleçam a voz da sociedade, promovam os direitos humanos e incentivem a participação de todos nos processos democráticos (FUNDEF, 2015).

Processos oriundos das demandas populares deverão ocorrer para o Brasil atingir a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico. A universalização é um dos princípios da Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Diretrizes Nacionais para o

Saneamento Básico e para a Política Federal de Saneamento Básico). Por esse motivo, a participação e o controle social são importantes para o avanço na conquista do acesso aos serviços de saneamento.

A Lei 11445/2007 revela novas questões que requerem estudos e pesquisas locais, que podem expor formas inovadoras de ação governamental, de gestão pública e de participação dos cidadãos. É imperioso fazer cumprir esse marco legal, cujas discussões têm enfatizado a importância do envolvimento dos municípios, incluindo medidas que fortaleçam os governos locais, além do controle social, o que vai exigir mecanismos de gestão que garantam o poder das autoridades governamentais e das comunidades em um esforço de diálogo e cooperação. Parte-se do pressuposto de que, quanto maior o exercício da cidadania ativa, expresso mediante a participação da comunidade na solução de problemas de interesse público, maior será a pressão exercida sobre agentes do governo, ampliando a representatividade da sociedade para atender aos interesses coletivos.

Este é um estudo de caso e aborda a democracia representativa sob os aspectos da soberania popular, da igualdade e do fortalecimento da voz da sociedade civil, a partir de como vem ocorrendo a representação de líderes institucionais de um município baiano quanto à percepção dos problemas da comunidade relacionados aos serviços de saneamento, aos mecanismos de participação e de controle social na área de saneamento básico, à comunicação constituída com o poder público e com os liderados e, finalmente, às relações travadas com o poder público local.

Democracia representativa e sua perspectiva na esfera legal e organizacional na área do saneamento básico

A democracia é um ideal reconhecido universalmente e um dos valores fundamentais da Organização das Nações Unidas – ONU. A ONU apregoa que o Estado, as instituições e a sociedade devem monitorar e manter o processo democrático, pois o mesmo se encontra permanentemente inconcluso, já que a democracia “[...] é uma imensa experiência humana. Está ligada à busca histórica de liberdade, justiça e progresso material e espiritual” (PNUD, 2004, p. 35).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD –, o Fundo das Nações Unidas para a Democracia – FNUD –, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz – DPKO –, o Departamento de Assuntos Políticos – DAP –, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos – ACDH – são organismos que desenvolvem ações a favor da democracia e da boa

governança (PNUD, 2004). Democracia, boa governança e pobreza são temas presentes nas ciências sociais. O PNUD entende que a concepção de pobreza não se limita à renda e ao consumo, que são variáveis instrumentais, mas se relaciona, também, ao atendimento de uma série de necessidades consideradas básicas, cimentadas pelo regime democrático, como acesso à educação e à informação, e a serviços de água potável, esgotamento sanitário, coleta de lixo, saúde e outros da área do desenvolvimento humano.

Como afirmam Bringel e Echart (2008, p. 457), o regime democrático “[...] evoluiu historicamente através de intensas lutas sociais e, com frequência, foi também sacrificada em muitas dessas lutas. As tensões sobre seus rumos e significados estão arraigadas em conflitos históricos”. Os autores levantam questões sobre o significado de democracia, se inserida em alguma forma de poder popular, ou seja, a sociedade participando no autogoverno e na autorregulação, ou se tratada como simples contribuição à tomada de decisões, objetivando legitimar as decisões dos eleitos. Essas duas formas de pensar a democracia conduzem a discussões conceituais sobre o que é a democracia (plano descritivo) e o que deve ser a democracia (plano prescritivo). Para os autores, essas discussões comportam dois processos distintos, porém indissociáveis (BRINGEL E ECHART, 2008, p. 458).

No cenário brasileiro, o regime democrático ressurgiu em 1988, inserido na Constituição Federal, que proclama que o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente; e estabelece, no artigo 14, dos direitos políticos, no §1º. I, o voto como obrigatório aos maiores de dezoito anos (BRASIL, 2008). Os direitos dos cidadãos, previstos na Constituição Federal, devem ser promovidos e incentivados pela colaboração de todos. Esses direitos têm passado por sucessivos avanços, mas não é possível abordá-los sem se reportar ao regime democrático, dado que o direito ao voto e à participação direta de decisões nas políticas públicas são princípios inerentes à democracia, seja a democracia representativa (indireta) ou a democracia participativa (direta).

Faz-se importante discorrer sobre os conceitos de regime democrático, estes sempre fundados na soberania popular. No estudo conduzido por Epstein (1997), que trata da crise da democracia representativa, o regime democrático é considerado como aquele que representa as decisões de um grupo, de uma comunidade ou da totalidade de uma população em função das preferências individuais. Democracia é aquela na “[...] qual os cidadãos elegem seus representantes e lhes delegam os poderes para legislar e administrar

em seu próprio nome” (EPSTEIN, 1997, p. 275). Algumas mazelas da democracia representativa são expostas pelo autor, tais como: corrupção dos representantes eleitos, existência de grupos lobistas com grande poder e disposição para o suborno, discrepância entre o tempo de saída da decisão coletiva e a chegada da mesma aos órgãos executores, distorção das decisões coletivas em proveito próprio, alto grau de abstenção nos países onde o voto não é obrigatório e instabilidade política. O autor defende a democracia direta, discorre que a alteração da democracia representativa para a democracia direta “[...]daria aos governadores maior controle sobre os governantes, promoveria a educação cívica e forçaria os políticos a ver os eleitores mais como parceiros do que como mera audiência” (EPSTEIN, 1997, p. 276).

Porém, o autor adverte que, em tal situação, é difícil estabelecer regras que reflitam preferências pessoais em vontade legítima da maioria, devido à transitividade (ou irracionalidade) das preferências dos eleitores, diante do fato de as informações necessárias para a tomada de decisões nem sempre estarem disponíveis para todos os membros de uma comunidade. Para o autor, são quatro os procedimentos de votação democrática: voto por aprovação, segundo turno, votação por pontos, voto plural. Sugere a diminuição dos partidos políticos, em que o eleitor não ficaria exposto a uma grande fragmentação do espaço político, possibilitando maior proximidade com as informações indispensáveis para decisões, o que ocasionaria maior racionalidade nas escolhas dos eleitores (EPSTEIN, 1997). Tal racionalidade exige engajamento e organização da sociedade. Não é aconselhável simplificar um quadro que se apresenta como reflexo de preferências políticas, de relações entre diferentes forças nos processos eleitorais, que ora se complementam, ora se distanciam.

Apesar dos limites e das dificuldades entre os espaços de participação social e de mecanismos de democratização do processo decisório, a democracia representativa é defendida por Bispo Júnior e Gerschman (2013). A democracia caracterizada pela ampliação para além de procedimentos eleitorais. As principais características de regimes democráticos, segundo os autores, são a concorrência entre partidos, o direito de associação, as eleições periódicas, a separação dos poderes, o respeito e a garantia dos direitos individuais. A democracia direta torna-se inexequível diante da complexidade da sociedade moderna. A democracia representativa é a forma adequada para viabilizar o regime democrático, pois é maior do que o resultado aferido pela vontade da maioria. Advogam que os procedimentos

eleitorais e a igualdade civil não pressupõem resultados legítimos, pois indicam opções ideológicas circunstanciais da maioria votante, confluindo para a ideia de transitividade, postulada por Epstein. Apresentam o conceito de atores sociais, como aqueles que representam a sociedade civil e que têm a função de defender os interesses comunitários de democratização das políticas públicas. Advertem que a participação ativa e refletida dos cidadãos durante o processo deliberativo produz decisões justas e corretas.

No que se refere à forma de participação ativa e refletida dos cidadãos, existe a possibilidade de se recair na simplificação das condições em que se produz a prática no Brasil, ao mesmo tempo em que se expressa difícil convergência de procedimentos e de processos na democratização de políticas públicas. Observa-se, apesar dos avanços dos últimos anos, estrutura frágil para permitir efetiva participação popular na instância de representação dos interesses da sociedade. Nesse sentido, como construir uma representação que integre elementos eleitorais e, ao mesmo tempo, de defesa dos interesses da sociedade? Avritzer (2007, p. 456) advoga ser necessário, para uma articulação de tal envergadura, “[...] pensar o contexto no qual a representação pode operar e no qual irão conviver a representação eleitoral e a representação da sociedade civil.” É inegável a importância de se levar em consideração o contexto e a situação em que se manifestam os interesses dos cidadãos. Entretanto, os contornos impostos por discursos de esferas distintas podem restringir a consecução do interesse coletivo.

Milani (2006) destaca que existe estímulo à participação da sociedade civil na esfera local, entretanto essa participação nem sempre é vivenciada de forma equitativa. O autor ressalta que o termo parceria é comum nos discursos políticos dos atores governamentais e não-governamentais, mas a efetividade da prática está longe de influenciar os processos de deliberação democrática local. Adverte que somente alguns atores não governamentais tendem a ser consultados e solicitados durante o processo de tomada de decisões, participando, no melhor dos casos, somente antes e depois da negociação. O autor elucida que essa participação pode aumentar a qualidade da transparência dos dispositivos institucionais, mas não encerra *per se* a legitimidade do processo institucional na construção do interesse coletivo e, com frequência, pode servir a retóricas demagógicas e à manipulação política. A manipulação eleitoral não é um fato novo na história política brasileira e pode influenciar percepções e ações. Mesmo assim, uma maior participação da sociedade pode ser

potencialmente útil para atenuar os precários processos de deliberação democrática de atendimento aos interesses coletivos.

Santos (2010) argumenta que, na atualidade, a temática da democracia vem apresentando diversos matizes. Para a autora, a democracia no espaço brasileiro pode ser compreendida,

[...] como um conjunto de mecanismos participatórios, baseados no mix entre as perspectivas da participação, deliberação e representação, havendo variações nas formas e nos pesos que cada dimensão apresentará conforme o contexto local analisado (SANTOS, 2010, p. 125).

Desta forma, é importante avançar na reflexão sobre o contexto e o arcabouço institucional em que se inserem as políticas públicas de saneamento na esfera local, cuja discussão será retomada mais adiante.

Contexto do saneamento no Brasil

Historicamente, a participação e o controle social na gestão do saneamento no Brasil nunca existiram, considerando-se, inclusive na época do Planasa – Plano Nacional de Saneamento Básico –, a participação de usuários como um elemento ameaçador de uma gestão racional, técnica e eficiente dos serviços, estando, portanto, descartada (BRITTO, 2001). Segundo as leis relativas à área de saneamento básico, o autor resume em dois canais distintos, como pode ocorrer a participação da sociedade civil: a) participação dos usuários como consumidores, dentro de padrões adequados de qualidade e b) participação dos usuários nos órgãos colegiados normativos ou deliberativos da estrutura de regulação e controle.

Muitas vezes, questões como participação e controle social e prestação de contas à sociedade são ignoradas ou deixadas em segundo plano. Participação e controle social se traduzem como ferramentas compartilhadas para a gestão e a avaliação das ações recomendadas pela Lei nº 11.445/2007, que os apresentam como conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação e de fiscalização das políticas relacionadas aos serviços de saneamento.

Pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Trata Brasil / IBOPE (2012), que objetivou verificar o nível de conhecimento do brasileiro sobre os serviços de saneamento básico, demonstrou que,

quando se trata de mobilização para cobrar melhorias dos serviços, o cidadão brasileiro, apesar de reconhecer a importância do saneamento básico, não se mobiliza para conquistar avanços nesses serviços. Ao serem perguntados sobre o tema, 75% das pessoas afirmaram não fazer cobranças, e a maior parte daqueles que cobram referem-se à solicitação de limpeza de bueiros (7%) e de desentupimento do esgoto existente (5%). Também levantou o que o cidadão poderia fazer para ajudar a melhorar o saneamento. 25% afirmou não saber ou não respondeu; 18% opinou que os problemas encontrados deveriam ser informados à Prefeitura; 15% achou que os serviços deveriam ser fiscalizados; e 10% atribui a garantia de conquistas à mobilização dos moradores.

Em políticas públicas, avanços ocorrem por meio da aplicação de ferramentas gerenciais, como o planejamento, a organização, a avaliação e o controle. O Artigo 52 da Lei 11.445/2007 estabelece a elaboração do instrumento de implementação da Política Federal de Saneamento Básico: o Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab. Um dos princípios que regem o Plansab é o da democratização da gestão dos serviços, que não está somente relacionada à dimensão técnico-administrativa, mas também à participação e ao controle populares. Para uma maior efetividade e impacto positivo à eficácia da Lei, foi criada a obrigatoriedade de formulação da política de saneamento nos municípios, no intuito de ampliar e de consolidar o planejamento integrado de instrumentos capazes de orientar políticas, programas e projetos nos diferentes níveis federativos.

Na esfera local, cabe ao titular do município formular a política pública de saneamento básico, ação indelegável a outro ente, devendo para tanto elaborar o plano municipal de saneamento básico – PMSB de forma participativa (art. 9º, do Capítulo II da Lei 11.445/2007). A elaboração dos PMSB assegura ao município estar apto para ter acesso aos recursos da União. O Conselho Nacional das Cidades – ConCidades – coordena a formulação de estratégias para dar apoio aos PMSB.

O processo de controle social da política de saneamento no estado da Bahia

O Capítulo VII da Lei 11.445/ 2007 estabelece que o controle social possa incluir a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo, asseguradas as representações dos titulares dos serviços; de órgãos governamentais; dos prestadores dos serviços; dos usuários e de organizações da sociedade civil. Quando a sociedade civil atua em

Conferências, audiências públicas, ações populares e ações civis públicas, a representação da sociedade está garantida.

Dessa forma, como a Lei prevê a representação de vários segmentos, arranjos participativos podem ser criados, ou a partir do Estado, ou a partir da sociedade civil organizada, visando criar espaços de interlocução entre Estado e sociedade. Para Brasil e outros (2013), as possibilidades de influência ou de intervenção dos atores sociais são criadas para as tomadas de decisão e para a articulação de várias formas nos mecanismos de participação, de deliberação e de representação, ampliando os mecanismos de representação eleitoral. Dessa forma, esses canais se ampliam, inovam, transmutam e potencializam aprendizagens democráticas e de construção de novas relações entre Estado e sociedade.

É necessária a construção de uma nova forma de pensar e de agir, de envolver a gestão dos serviços de saneamento com a prática da cidadania. Para isso, o que se espera é que o pessoal capacitado esteja pronto para procedimentos adequados, envolvendo a comunidade, assegurando o aproveitamento da totalidade da vida útil dos equipamentos, evitando que se tornem foco de contaminação.

Um arranjo institucional para o desenvolvimento das ações de saneamento no Brasil foi criado sob a estrutura do Ministério das Cidades. Em 2004, o Governo Federal constituiu o Conselho Nacional das Cidades – ConCidades –, objetivando proporcionar a gestão democrática da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU –, por meio da participação da sociedade civil organizada para estudar, propor e deliberar sobre diretrizes para a formulação e a implementação da PNDU bem como fiscalizar a sua execução.

Em 12 de Novembro de 2007, por meio da Lei nº 10.704, o Estado da Bahia criou o Conselho Estadual das Cidades da Bahia – ConCidades/BA –, espaço público da cogestão de políticas, em que o poder é partilhado entre representantes do governo e da sociedade. O ConCidades/Ba tem a seguinte estrutura: Plenário, Presidência, Secretaria Executiva e Câmaras Técnicas (Habitação, Saneamento Básico e Ambiental, Mobilidade Urbana e Planejamento e Gestão Territorial Urbana). A Câmara Técnica de Saneamento – CTSAN – auxilia o ConCidades/Ba nos temas relativos ao saneamento, para que suas decisões e pareceres sejam baseados em informações mais fundamentadas no interesse coletivo (BAHIA, 2007).

Para Brasil e outros (2013), o desenho institucional participativo constitui um elemento ao qual tem se atribuído importância, pois suas características favorecem ou prejudicam a

qualidade dos processos participativos e deliberativos bem como podem afetar a capacidade decisória e o funcionamento desses canais.

Tomando como parâmetro os fundamentos da democracia representativa, conhecer as ideias e convicções de um segmento na esfera local pode ser importante. As informações apresentadas a seguir resumem opiniões, valores e atitudes de líderes institucionais, em postos de governo e em posições de destaque na sociedade, colhidas na pesquisa aqui apresentada.

Processo metodológico

Para investigar o tema e aprofundar os aspectos importantes na esfera da democracia representativa, optou-se por um estudo de caso, descritivo e exploratório, de abordagem quantitativa e qualitativa, no Município de Vera Cruz, Bahia. A população correspondeu às lideranças territoriais (religiosos, presidentes de associações, agentes comunitários de saúde – ACS, conselheiros municipais de saneamento e de saúde). A amostra corresponde a 100% das lideranças autoidentificadas no município.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, foram aplicados questionários, pelos coordenadores da pesquisa e estudantes devidamente treinados, para diagnosticar e analisar a distância entre líderes e liderados, observando-se como se desdobram interações, iniciativas, proposições e efetivação de projetos, no intuito de reduzir a desigualdade e a exclusão da comunidade nas políticas de saneamento básico.

Nesse sentido, este estudo buscou observar e analisar como os líderes institucionais percebem os problemas relacionados aos serviços públicos de saneamento básico, os mecanismos de participação e de controle social na área de saneamento básico, a comunicação constituída com o poder público e os liderados e, finalmente, as relações travadas com o poder público local a partir de algumas categorias empíricas, tais como: percepção sobre os problemas comunitários, comunicação com o poder público e com os liderados, mecanismos de participação e de controle social e relação com o poder público local. Além do questionário para coleta de dados, foi utilizado o método dramático (ou de ação) sociodrama, que trabalhou as relações intergrupais. Sua aplicação visou identificar as percepções das lideranças sobre suas relações com o poder público local (cenário da ação), utilizando-se tecidos de cores diversas e solicitando-se que dois participantes voluntários escolhessem os tecidos e os empregassem de forma livre para representar a relação com os poderes públicos.

Os dados foram coletados em outubro de 2014, durante a oficina no município de Vera Cruz denominada “Apoio à Participação Cidadã e Controle Social das Políticas Públicas em Saúde, Educação e Saneamento”. Os dados quantitativos foram analisados mediante frequências simples, e os dados qualitativos foram tratados mediante análise de narrativas (CASTELLANOS, 2014; FLICK, 2009). Bruner (1997), citado por Castellanos (2014), considera as narrativas como modo de ordenamento das experiências em cenários de ação (o que os atores fazem em situações particulares) e de consciência (o que os personagens sabem, pensam ou não sabem, não pensam e não sentem). Para esse autor, as narrativas possibilitam a análise das escolhas na forma de (re)apresentação do eu, tanto no que diz respeito ao mundo interior de pensamentos e sentimentos (cenário da consciência) quanto ao mundo exterior de ações (cenário de ação).

Resultados e discussão

A representação na democracia resulta na prática e defesa do interesse coletivo. A participação não deve ser passiva: necessário se faz ter informações, comunicar, argumentar, participar, e, não menos importante, ter os recursos necessários para se fazer ouvir. Urbinati (2006) atesta que o representante deve ter habilidade para transformar as necessidades e interesses da comunidade em políticas públicas efetivas, mesmo que não correspondam com exatidão; a representação requer autonomia local e liberdade de expressão e associação, bem como certa igualdade básica de condições materiais.

É, portanto, apropriado dizer que analisar a distância entre líderes e liderados, observando-se como se desdobram interações, iniciativas, proposições e efetivação de projetos, é procedimento que pressupõe um conjunto de mecanismos que estimula o processo da democracia representativa. Isto posto, os próximos itens irão tratar o perfil do município, a análise da infraestrutura em saneamento básico, o perfil dos representantes e as suas percepções sobre os serviços de saneamento no município, os mecanismos de participação e controle social na área de saneamento básico, a comunicação constituída com o poder público e os liderados e, finalmente, as relações travadas com o poder público local.

Perfil do Município de Vera Cruz, estado da Bahia, Brasil

O Município de Vera Cruz/BA localiza-se na Baía de Todos os Santos, a 14 km da capital, Salvador. Por seus atrativos naturais, o município é constituído por loteamentos, ilegalmente denominados de

condomínios, que, durante o verão, são ocupados por uma população flutuante (turistas e veranistas), quadruplicando a população local. Esses condomínios se constituem em “um lugar de veraneio ou de passagem”, explicitando uma disputa entre moradores: por um lado, aqueles que querem da Ilha melhores condições de vida; por outro lado, os que visam apenas extrair ganhos temporários, numa relação predatória com o local.

Em 2009, a taxa de analfabetismo era de 16,08%, sendo que crianças de 7-14 anos representavam 12,4% (SEI, 2009, p.15). O município não dispõe de cursos profissionalizantes nem de universidades. No tocante à condição socioeconômica, 60% da população está abaixo da linha de pobreza, sendo que 1/3 está na indigência e 10,1% são beneficiários do Programa Bolsa Família. A força de trabalho, na sua maioria, tem baixa escolaridade. O PIB, entre 2004-2005, era de 13,52%, com uma renda domiciliar *per capita* de R\$ 138,55 (SEI, 2009, p. 18).

Análise da situação da infraestrutura em saneamento básico

O município apresenta precária infraestrutura de saneamento básico. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento – SNIS (2014) –, apesar de o município ter sistema de abastecimento de água com índice de 94%, a infraestrutura de esgotamento sanitário beneficia somente 11,58% da população, o que a torna vulnerável às doenças infecto-parasitárias, dado reconhecido pelo Plano Municipal da Saúde de 2010-2013 (VERA CRUZ, 2010).

O sistema de coleta de resíduos sólidos em Vera Cruz compreende a coleta indiferenciada dos RSU porta a porta, sendo que, nos locais impossibilitados de tráfego aos caminhões, os descartes são feitos em pontos estratégicos, principalmente no período de alta estação. A região abriga um aterro sanitário, o Aterro Integrado Ilha, que atende a dois municípios: Vera Cruz e Itaparica. Esse aterro integra a Administração Direta da Prefeitura de Vera Cruz, como órgão de execução de políticas e serviços públicos de limpeza urbana. Entretanto, desde 2003, o Aterro Integrado Ilha transformou-se em “lixão”. No ano de 2005, foi recuperado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder. Pouco tempo depois, quando foi entregue à Prefeitura, converteu-se, novamente, em vazadouros a céu aberto (MARCHI, 2015).

Assim, o Município de Vera Cruz se assemelha à maioria das cidades da periferia, integrantes de um país capitalista, que se caracteriza por moradias construídas pelos próprios moradores, em

áreas invadidas ou adquiridas de loteadores ilegais, sem observância de legislação urbanística, sanitária ou de quaisquer outras leis. A falta de serviços públicos de infraestrutura potencializa as carências da comunidade local, que, vinculadas às péssimas condições socioeconômicas, afetam a saúde dos moradores.

Características das lideranças e percepções dos atores sobre os problemas de saneamento básico

A participação pode ser influenciada pela configuração associativa local. Vera Cruz, quanto ao perfil associativo, abriga várias associações de moradores, colônias de pescadores, conselhos de educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e turismo. Cerca de 50% dos líderes são também funcionários da prefeitura, o que reforça o estudo de Milani (2006), que ressalta o termo parceria nos discursos políticos, mas, na prática, os atores não governamentais pouco influenciam o processo de deliberação das políticas públicas.

No que se refere às características das lideranças participantes da pesquisa, 84% reconhecem-se a si mesmos como lideranças territoriais e representam os seguintes segmentos: associações (52,63%), ACS (15,78%), religiosos e pescadores (10,52% cada), Colegiado e Conselho do Meio Ambiente (10,52%). No que se refere aos representantes do Poder Público, são professoras (33,33%), policiais militares (33,33%), trabalhadores da Secretaria da Saúde (16,66%) e Secretaria do Meio Ambiente (16,66%). Em relação ao gênero, 64% são mulheres e 36% homens. Quanto à escolaridade, o nível de instrução formal dos representantes pode ser considerado alto. Predomina o superior completo (48%), seguido de segundo grau (32%). Quanto ao credo religioso, observa-se que predomina a religião católica (28%). A idade máxima foi de 66, e a mínima, de 17 anos. O tempo máximo de liderança foi de 19 anos, e o mínimo foi de um ano.

No Quadro 1.0, estão reunidos os principais problemas da coletividade no município, segundo os representantes institucionais. Esses problemas foram caracterizados em duas dimensões: a política, que demonstra a insatisfação com a situação dos serviços oferecidos pelo poder público; a sociocultural, que apresenta a falta de engajamento comunitário.

Quadro 1.0: Principais problemas da coletividade segundo as lideranças - Vera Cruz – Ba (2014)

Dimensão	Principais Problemas	Resultados Encontrados
Política	Precariedade dos serviços públicos: educação e saúde	40%
	Presença de drogas e prostituição infantil	8%
	Mobilidade urbana, violência e falta de segurança	4%
Sociocultural	Ausência de saneamento e descarte de “lixo” a céu aberto	44%
	Ausência de participação da comunidade	4%

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração das autoras.

Ressalte-se que as lideranças identificam precários serviços de saneamento básico, tanto como os principais problemas existentes como os que mais incomodam os moradores. Já a falta de participação da comunidade é tida como um problema, mas que não incomoda os moradores. Percepções que revelam o desconhecimento sobre a quem cabe o correto descarte do “lixo”, assim como da importância em participar das resoluções de dificuldades vivenciadas no cotidiano.

Problemas não só relacionados à falta de saneamento, mas à ausência de adequados serviços de saúde. Para Heller (1998), impõe-se uma aproximação conceitual entre saneamento e saúde. Para o autor, é evidente o descompasso entre as ações de saúde e as ambientais, o que exige maior compreensão da interligação entre as duas áreas, que pode levar a resultados positivos nas práticas dessas políticas públicas. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde (ACS) é considerado essencial para 100% das lideranças, sendo que 80% veem relação entre a poluição ambiental e os problemas de saúde, e 20% não respondem. Todos afirmam que atividades educativas poderiam resolver os problemas oriundos da poluição, sendo que 72% consideram a poluição causada pelo descarte de lixo um problema de fácil solução e 28% um problema de difícil solução.

Note-se que perceber o problema é o primeiro passo para o caminho da sua resolução. A troca de percepções oriundas do debate coletivo, certamente, faz parte de reivindicações mais consubstanciadas pela vontade popular, alicerçada por condições

políticas que podem contribuir para o sucesso das reformas pretendidas.

Mecanismos de participação e de controle social na área do saneamento

Conforme Lave (1993), a cognição e a comunicação situam-se no desenvolvimento de uma atividade participativa. Assim, entende-se que, para a participação, é preciso o conhecimento das instâncias de participação e que é importante a comunicação entre poder público, lideranças e cidadãos.

Os conselhos gestores, instâncias criadas para viabilizar a gestão participativa das políticas públicas, têm lugar de destaque na democracia representativa, pois possibilitam o conhecimento, a discussão e a deliberação de propostas entre atores governamentais e não governamentais. Um percentual de 4% dos líderes de Vera Cruz acredita que o Ministério Público é o local apropriado para reclamar problemas ligados aos serviços de saúde do município. São pouco conhecidas e demandadas instâncias de controle social, como os Conselhos Municipais, a Defensoria Pública, a Ouvidoria e o Ministério Público. Quando perguntados sobre onde e a quem reclamar sobre os problemas ambientais não resolvidos, os entrevistados respondem: Secretaria de Meio Ambiente e Cultura (40%), Prefeitura (8%), Conselho (8%) e Inema (4%). 40% não sabem ou não respondem.

Políticas públicas de saneamento e saúde coletiva estão interligadas. No caso das lideranças de Vera Cruz, é preocupante constatar que 60% não conhecem o Conselho Municipal de Saúde – CMS –; 36% afirmam conhecer e 4% não respondem a pesquisa. Não há plano municipal de saneamento e nenhuma liderança participa do Conselho Municipal da Cidade – Concivec (Quadro 2.0).

Quadro 2.0: Conhecimento das lideranças sobre as instâncias de participação nos setores do saneamento e da saúde - Vera Cruz / Ba (2014)

Instâncias de Participação	Resultados Encontrados		Descrição da Instância
	Participou	Nunca Participou	
Conselho Municipal de Saúde (CMS)	8%	92%	Conselho legalmente constituído pela Lei Nº 8.142/90. Percebe-se que aqueles que participam são profissionais da saúde
Conselho Municipal da Cidade (Concivec)	0%	100%	Conselho legalmente constituído pelo Decreto Nº 678/2014. Órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva.

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração das autoras.

O Concivec não é percebido com principal instância de participação e de compartilhamento dos problemas, embora o destino dos resíduos seja apontado como um dos principais problemas do município.

Comunicação com o Poder Público e com os liderados

A comunicação é um elemento importante para expressar a forma como líderes e liderados se relacionam entre si. A forma como se apresentam trocas de experiências, de ideias e de informações pode afetar a condução do processo democrático. Para o exercício do controle social, é de vital importância a interação entre líderes e liderados.

No Município de Vera Cruz, entre os mecanismos de natureza participativa utilizados pelas lideranças territoriais para interagirem com o poder público local, estão: reuniões (56%), protestos (16%), internet e e-mail (8%), conselhos (8%), ofícios (8 %) e eventos (4%). Esses dados revelam que as Conferências nem sequer são citadas, predominando, como formas de participação, as reuniões. Estas, segundo respostas obtidas, são para “ouvir e não opinar”, e os protestos, com interrupção de rodovias e queima de pneus, é que têm sido prática constante. Esta prática, de forma isolada, pode se apresentar como fraco engajamento e poder de persuasão, além de

relação unilateral entre as lideranças e o poder público local, sendo, assim, baixa a capacidade de os líderes influenciarem nas decisões que dizem respeito ao destino da coletividade, caracterizando-se como uma democracia representativa delegativa e uma cidadania passiva, outorgada pelo Estado.

Na visão das lideranças, os meios mais utilizados pela Prefeitura para interagir com os cidadãos são: carros de som (32%), não sabem/não respondem (28%), internet (20%), assessoria de comunicação e informativos (8%), nenhum (8%) e vereadores (4%). Isso revela existir uma comunicação verticalizada e pouco permeável às participações social e popular.

Percepções das lideranças sobre suas relações com os poderes públicos

Para identificar as percepções das lideranças sobre suas relações com o poder público local, foi realizada uma dinâmica, baseada no método do sociodrama, na qual foram disponibilizados tecidos de diversas cores e foi solicitado dos participantes que dois voluntários escolhessem cores dos tecidos e as utilizassem de forma livre para narrar a relação com os poderes públicos.

A primeira liderança que se disponibilizou como voluntário para participar da dinâmica foi o representante da Colônia dos Pescadores. Ele colocou sobre a cabeça o tecido de cor preta, afirmando:

É a forma como eu vejo que está o governo no município. Se eu usasse outras cores tão bonitas estaria mentindo, eu só preciso da cor preta. [...] pior de tudo hoje é a educação, nós temos um sistema que está transformando as crianças em burras [...] Se o governo tivesse interesse em manter um povo educado, cuidaria da comunidade (Representante da Colônia dos Pescadores).

A segunda liderança que se voluntariou utilizou várias cores, dentre as quais o branco, organizando-as no chão e afirmando:

O tecido branco representa a construção, todo mundo buscando uma integração maior. O que a comunidade deseja para tomarmos a decisão? É necessário união. O povo não depende só do governo e, sim, depende de todos nós [...]. (Representante do Setor de Turismo).

Foi solicitado dos demais participantes que analisassem as colocações das duas representações, obtendo-se as seguintes narrativas:

Ele, na posição dele, está colocando como luto, o que eu entendo. Ela colocou algo colorido, a disposição dessa sociedade para participar nunca nos faltou, mas agora estamos numa situação que é uma incógnita. (Narrativa A)

Luto é o sentimento da sociedade civil em relação à morte de todo o sistema. A responsabilidade é de todos nós. A comunidade se sente abandonada (Narrativa B).

Vejo o luto não só perante o município, mas perante o Brasil, que precisa olhar para os municípios. O Governo Federal e o poder público vêm para nos punir. Por exemplo: quem polui a água é o Estado, mas é o cidadão que é punido. Eu não vejo nenhum retorno de todas as movimentações que a gente faz. Eu tenho que procurar serviços de saúde em outro município. Existe a lei federal, mas no município não tem serviços de saúde nem de saneamento básico [...] Temos que ficar de luto não só pelo município, mas pelo Brasil (Narrativa C).

As lideranças percebem as responsabilidades do Estado federado, separando as competências do Município, do Estado e da União e generalizam o luto, mas demonstram esperança de reinício a partir da sociedade:

A sociedade não se sente viva para continuar lutando. Eu vejo o luto como a solidão de quase todos nós e o colorido como o que todos nós fazemos hoje, novos passos, é um reinício. Há solução neste caminho. (Narrativa D).

As lideranças narram a relação com os poderes públicos de forma ambivalente. Para uns, a relação entre sociedade civil e governo é caracterizada como ausente, sendo o luto narrado como a ausência da relação e abandono. Outras lideranças narram que o uso de tecidos coloridos significa a possibilidade de a comunidade fazer algo, independentemente do poder público. O poder público, principalmente

o executivo municipal, ao mesmo tempo em que é citado como a principal instância a quem recorrer, é também tido como um empecilho e, às vezes, só funciona para exercer a função punitiva. Essa ambivalência é ainda percebida na medida em que as lideranças reconhecem a possibilidade de fazer algo, independentemente do governo, mas não conhecem as instâncias de participação social legalmente constituídas, como o Conselho Estadual e Municipal das Cidades, as Conferências Municipais, as ouvidorias, dentre outras.

A ausência de serviços públicos como os de saneamento e de saúde, direitos constitucionalmente assegurados, é especialmente percebida, mas não são narradas maneiras de colocar o governo em ação. O processo da democracia representativa, neste estudo, representada pelas interações entre lideranças locais e o poder público local, não é pacífico, e um governo que tem a legitimidade e a representação questionadas necessita se reinventar.

Considerações finais

No presente trabalho, a perspectiva de análise não foi dada pela participação social ou institucionalizada, mas pelo viés das lideranças territoriais. A democracia representativa foi abordada a partir de como vem ocorrendo a representação de líderes associativos em um município baiano quanto à percepção dos problemas da comunidade relacionados aos serviços de saneamento, à participação e ao controle social, à comunicação constituída com o poder público e os liderados e às relações travadas com o poder público local.

No cenário de democracia representativa do Estado, em que a participação cidadã passa a ser considerada como um dos elementos do projeto de ressignificação do conceito de público e os dados são considerados bens públicos, é notado, na prática, mesmo em um município de médio porte, que esses mecanismos são pouco disponibilizados e utilizados pelos representantes do poder público e pelas lideranças territoriais.

Nesse caso, a Democracia Representativa ocorre de forma precária, não são observados os mecanismos de democratização do processo decisório das políticas públicas e de definição de prioridades, tampouco existe efetivo controle social, por meio dos Conselhos Municipais, sendo estes ignorados pela maioria das lideranças e não citados como lócus privilegiado para as reclamações dos problemas referentes às deficiências dos serviços. Questões ligadas à transparência, como a prestação de contas e a responsabilização dos servidores nem sequer foram citadas.

No que se refere à relação do poder executivo municipal com as lideranças, observa-se que a comunicação se dá de forma unilateral, vertical e impessoal, preferencialmente por meio de carros de som, revelando um completo distanciamento, caracterizado, em virtude da ausência da relação, como “abandono e luto ou fazer as ações com os próprios recursos”. Essa prática não pode ser traduzida como uma gestão local compartilhada, ampliada, que busca a melhoria de processos que promovam a participação cidadã. Ao contrário, observa-se o reforço às ações assistenciais, balizadas nos programas do governo federal e avaliadas pelas lideranças como serviços de péssimas, ou insuficientes, condições.

Confirma-se o pressuposto de que quanto maior o exercício da cidadania ativa, expresso mediante a participação da comunidade na solução de problemas de interesse público, maiores serão a pressão exercida sobre agentes do governo, ampliando a representatividade da sociedade para atender aos interesses coletivos.

Do cenário descrito, conclui-se que, apesar da existência de marcos regulatórios que asseguram direitos sociais, de mecanismos e instrumentos de gestão compartilhada, do processo de descentralização de recursos e de atribuições legais para a gestão municipal e dos líderes trabalhados se encontrarem como representantes da comunidade, tudo isso, no caso estudado, não tem contribuído para elevar os mecanismos de natureza participativa. Estimular o diálogo social e a difusão dos mecanismos que garantam o poder das autoridades governamentais e comunidades, em um esforço de diálogo e cooperação nos serviços de saneamento, continua sendo um desafio para o exercício da democracia representativa no município de Vera Cruz, Bahia.

Referências

AVRITZER, Leonardo. Civil society, participative institutions, and representation: from authorization to action legitimacy. **Dados**, Rio de Janeiro, v.50, n.3, p.443-464, 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000300001&lng=en&nrm=iso>. access on 02 May 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582007000300001>>. Acesso em: 15 maio 2015.

BAHIA. Lei Nº 10.704 de 12 de novembro de 2007. Cria o Conselho Estadual das Cidades da Bahia – ConCidades/BA e dá outras providências. Disponível em:

<<http://concidadesba.blogspot.com.br/p/legislacao.html>>. Acesso em: 15 maio 2015.

BISPO JUNIOR, José Patrício; GERSCHMAN, Sílvia. Potencial participativo e função deliberativa: um debate sobre a ampliação da democracia por meio dos conselhos de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 1, Jan. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Mar. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000100002>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

BRASIL. Governo federal. **Lei nº. 11.445 – 05 jan de 2007**. Estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Lei/_leis2007.htm> Acesso em: 06 mar. 2014.

_____. Ministério das Cidades. **Diretrizes para a Definição da Política e Elaboração de Planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico**. Versão 27/01/2010. (Mimeo).

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2013**. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2014. 181 p.

BRASIL, Flávia de Paula Duque *et al.* Participação, desenho institucional e alcances democráticos: uma análise do Conselho das Cidades (ConCidades). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 21, n. 48, p. 5-18, Dec. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000400001&lng=en&nrm=iso>. access on 02 May 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000400001>>. Acesso em: 02 maio 2015.

BRITTO, A. L. A regulação dos serviços de saneamento no Brasil: perspectiva histórica, contexto atual e novas exigências de uma regulação pública. In: **Ética, Planejamento e construção democrática do espaço**, pp.1080-1092. Rio de Janeiro: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, 2001.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das "fronteiras". **Cad. CRH**, Salvador , v. 21, n. 54, p. 457-475, Dec. 2008 . Available from

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300004&lng=en&nrm=iso Access on 01 May 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000300004>>. Acesso em: 01 maio 2015.

CASTELLANOS, M.E.P. **A narrativa nas pesquisas qualitativas em saúde.** *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.19(14). P 1065-2074, Apr 2014.

COSTA, A M.; VIEIRA, N A. Participação e controle social em saúde. In **Fundação Oswaldo Cruz.** *A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde* [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 3. pp. 237-271. ISBN 978-85-8110-017-3. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org> Acesso em 15 May 2015.

EPSTEIN, Isaac. (1997). O paradoxo de Condorcet e a crise da democracia representativa. **Estudos Avançados**, 11(30), 273-291. Recuperado em 05 de maio de 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200017&lng=pt&tlng=pt.%2010.1590/S0103-40141997000200017

FLICK, Uwe. Utilização de documentos como dados. In: **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009 cap 19, p. 230-237.

HELLER, Léo. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 3, n. 2, Jan. 1998 . Available from http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231998000200007&lng=en&nrm=iso Access on 02 May 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81231998000200007>>. Acesso em: 02 maio 2015.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Cresce nível de conhecimento do brasileiro sobre saneamento básico.** Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/cresce-nivel-de-conhecimento-do-brasileiro-sobre-saneamento-basico-segundo-pesquisa-blog-almoxarifado-empoeirado-online>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

LAVE, J. Situated learning in communities of practice. In: RESNICK, L. B.; LEVINE, J. M. Levine; TEASLEY, S. D. (Eds.). **Perspectives on**

socially shared cognition. Washington, DC: American Psychological Association, 1993, p.63-82.

MARCHI Cristina Maria Dacach Fernandez. (2015). New perspectives on sanitation management: proposing a model for municipal solid waste landfill. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 7(1), 91-105. Epub April 00, 2015. <https://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.007.001.A006>

MILANI, C.R.S. Políticas Públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n.16, p.18-214, jul./dez. 2006.

MOISES, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opin. Publica, Campinas*, v. 16, n. 2, p. 269-309, Nov. 2010. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000200001&lng=en&nrm=iso Access on 30 Apr. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762010000200001>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Projeto sobre a Democracia na América Latina Rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs** Nova York: PNUD; 2004. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/pdf/TextoProddal.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2015

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.) *Democratizar a democracia.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEI. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Estatísticas dos territórios baianos.** Salvador: SEPLAN/SEI, n.2, 2009.

SOUZA. A. M. P de; ARAÚJO, M. de L de. Sociodrama, saúde e educação. *Linhas Críticas*, v.4, n. 7-8, p.103-110, jul./98-jun./99.

UNDEF - The United Nations Democracy Fund. Applicants from 143 countries: vie for UNDEF grants in new funding round. **UNDEF Update – No. 25**, February 2015 Editor: SAVILL Annika. New York, NY. Disponível em: <<http://www.publishwhatyoufund.org/2015/02/>>. Acesso em: 10 mar. 2015

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? *Lua Nova*, 2006, no. 67, p.191-228.

VERA CRUZ. PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ. Plano Municipal da Saúde 2010-2013. Vera Cruz: Secretaria Municipal de Saúde, 2010.